

上訴案第 641/2025 號

日期：2025 年 11 月 27 日

主題： - 刑事訴訟中的過度審理的瑕疵
- 判決書的無效
- 量刑規則
- 文件證據的審理

摘 要

1. 雖然，刑事訴訟與民事訴訟有相同之處，尤其是前者(《刑事訴訟法典》第 4 條)容許在適當的情況下補充適用後者的規定，但是，給予兩者具有本質的區別，在各自具有不同的制度的情況下，無需訴諸對一般制度的補充適用。
2. 在刑事訴訟中，一方面，一切有利於對案件作出裁判有利的問題，均在刑事訴訟程序中解決，不取決於其他程序(《刑事訴訟法典》第 7 條第 1 款)。對於作為第一審法院來說，對於不構成訴訟標的的事實作出審理的情況，法律特別作出了規定：《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項——以控訴書或起訴批示沒有描述的事實作出裁判者，判決書無效。
3. 上訴人所指的問題在於原審法院在量刑過程中，考慮了上訴人於 2010 年觸犯的一項受酒精影響駕駛的輕微違反的交通違例記錄作為量刑的因素。即使上訴人主張的問題存在，極其量也僅僅是違反《刑法典》第 65 條所規定的量刑規則，不屬於過度審理的問題。
4. 法院在量刑時必須考慮《刑法典》第 40 條和第 65 條的具體規

定，其中，第 65 條第 2 款 e 項明確規定，量刑需考慮行為人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”。而原審法庭在量刑時考慮上訴人於 2010 年觸犯一項受酒精影響駕駛的交通輕微違反的事實，正是依照《刑法典》第 65 條第 2 款關於上訴人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”的規定，而上訴人曾經的酒駕行為衡量其過往行為和法律意識的因素之一。

5. 上訴人之前受酒精影響駕駛的輕微違反記錄亦屬案中包含的文件證據，只要其附於卷宗之內，無疑就是法院審議的合法證據之一。
6. 《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素及量刑的標準，法院在確定具體刑罰的時候必須按照行為人的罪過及預防犯罪的要求，在法律所定的限度內為之，同時亦須考慮所有對行為人有利或不利的情節，並賦予法院在法定刑幅內選擇刑罰的自由權力。上訴法院的介入也僅限於原審法院的量刑存在明顯的罪刑不相適應或者刑罰明顯不合適的情況。

裁判書製作人
蔡武彬

上訴案第 641/2025 號

上訴人：(A)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯(A)觸犯一項第 3/2007 號法律 (《道路交通安全法》) 第 90 條第 1 款所規定及處罰的「醉酒駕駛罪」，並提請求初級法院以簡易訴訟程序對其進行審理。

初級法院第三刑事法庭在第 CR3-25-0011-PSM 號案件中，經過庭審，最後判決：

1. 嫌犯(A)觸犯一項第 3/2007 號法律 (《道路交通安全法》) 第 90 條第 1 款所規定及處罰的「醉酒駕駛罪」，罪名成立，判處七個月徒刑，暫緩執行，為期兩年，條件為嫌犯須於三十日內向澳門特別行政區繳納 5,000 澳門元的捐獻，以彌補其犯罪之惡害。
2. 作為附加刑，判處嫌犯禁止駕駛為期一年六個月。
3. 根據《道路交通安全法》第 121 條第 7 款所規定，嫌犯必須在本判決轉為確定起十日內，將尚有的澳門駕駛執照或同等效力之文件送交治安警察局，否則構成違令罪；以及根據《道路交通安全法》第 92 條的規定，警告嫌犯尚在禁止駕駛期間內駕駛，不論有否將駕駛執照送交治安警察局，將觸犯《刑法典》第 312 條第 2 款所規定

及處罰的「加重違令罪」，並吊銷駕駛執照。

嫌犯(A)不服判決，向本院提起了上訴，提出了載於卷宗第 53-67 頁的上訴理由。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O presente recurso vem interposto da douta sentença proferida pelo Tribunal recorrido que condenou, em julgamento sumário, a ora Recorrente, pela prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de condução em estado de embriaguez p. p. pelo art.º 90º, nº 1 da Lei do Trânsito Rodoviário (Lei nº 3/2007), na pena de 7 meses de prisão, suspensa pelo período de 2 anos na condição da mesma pagar o montante de MOP 5,000.00 a favor da RAEM no prazo de 30 dias destinada a reparar o mal do crime (artigo 48º, nºs 1 e 2 e 49º, nº 1, al. c) do CPP), e ainda na pena acessória de inibição de condução pelo período de 1 ano e 6 meses.
2. A decisão judicial acima descrita, pelas razões que a seguir se explanam, não colhe a aquiescência da ora Recorrente, pugnando esta que a sentença proferida pelo Tribunal a quo, por um lado, é nula por excesso de pronúncia e viola a lei e, por outro lado, as penas arbitradas são, o devido respeito, claramente excessivas.
3. Conclui-se assim que a decisão judicial posta agora em crise considerou relevante para a determinação da pena a aplicar à ora Recorrente nestes autos a multa que lhe foi aplicada por uma contravenção, por condução sob influência do álcool ocorrida em 25 de Novembro de 2010, prevista no artigo 96º, nº 1 da Lei do Trânsito Rodoviário (cfr. fls. 13 dos autos).
4. Ora, o Tribunal recorrido não poderia ter atendido à referida informação de 2010 para efeitos de determinação da pena a aplicar à ora Recorrente nos presentes autos.
5. Na verdade, o Tribunal recorrido não podia lançar mão a essa contravenção praticada pela Recorrente e, muito menos, valorar essa informação no âmbito da graduação da pena a aplicar à Recorrente nestes autos.
6. É que essa informação, por imposição legal, não devia constar sequer do respectivo certificado criminal da Recorrente.
7. A lei fixa assim os prazos durante os quais a informação de natureza criminal (ou contravencional) deve permanecer no respectivo registo que pode ser de 10 ou de 5 anos, no caso de aplicação de pena ou medida de segurança, ou apenas de 1 ano, no caso de contravenção, nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei nº 27/96/M, de 3 de Junho (Reabilitação de direito).
8. A lei parte assim do princípio de que a regeneração do condenado se solidifica findos os períodos acima referidos no sentido de que, se ultrapassados tais períodos sem que uma nova condenação (ou contravenção) ocorra, então o seu passado criminal tem que ficar definitivamente encerrado e eliminado.
9. O registo criminal não é assim eterno, sendo que, no caso sub judice, a multa a que correspondeu a referida contravenção deveria ter sido eliminada do respectivo registo criminal no prazo de 1 ano, ou seja, em 2011, i.e., muito antes da data (22/06/2025) em que ocorreu o crime praticado pela aqui Recorrente em discussão nos presentes autos, por força da aplicação do disposto no artigo 24º do Decreto-Lei nº 27/96/M, de 3 de Junho.

-
10. Conclui-se assim que aquela informação de 2010 está inquestionavelmente coberta pela reabilitação de direito, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 24º do D.L. nº 6 27/96/M, na redacção dada pelo D.L. nº 87/99/M, que, como se sabe, é de verificação automática, não carecendo assim de declaração ou reconhecimento por tribunal ou órgão administrativo, e que determina o cancelamento definitivo no registo criminal (artigo 23º, nº 1, al. a) do D.L. nº 27/96/M).
 11. Agora o que o Tribunal recorrido não poderia ter feito, como fez, era valorar essa informação (e, consequentemente, aquela contravenção) no âmbito das decisão judicial que tomou, designadamente em termos de determinação da pena a aplicar à ora Recorrente nestes autos.
 12. Não podem ser consideradas na graduação da pena condenações (e, por maioria de razão, contravenções) anteriores ocorridas em circunstâncias de ser de presumir que tenha havido reabilitação de direito.
 13. Assim, a utilização por parte do Tribunal a quo da informação que, de modo ilegal, ainda consta do certificado do registo criminal do recorrente, encerra uma violação clara do princípio constitucional da igualdade, consagrado no artigo 25º da Lei Básica da Região Administrativa e Especial de Macau, porquanto permite discriminar a Recorrente das restantes pessoas que, na parte referente à contravenção de 2010 que aqui releva, já tinha o seu registo criminal completamente limpo.
 14. Acresce que o Tribunal recorrido ao ter tomado conhecimento e, sobretudo, ao ter valorado os averbamentos identificados do seu registo criminal, quando não podia ter tomado conhecimento dessa informação e, muito menos, valorado a mesma informação, incorreu num excesso de pronúncia e em clara ilegalidade, o que consubstancia uma nulidade da sentença, prevista na al. d) do nº 1 do artº 571º do Código de Processo Civil, aplicável por força do artigo 4º do CPP.
 15. Nulidade essa que expressamente se invoca para todos os devidos efeitos legais, com reflexos directos na determinação da pena de prisão (de 7 meses) que foi aplicada pelo Tribunal recorrido e, como veremos adiante, se mostra claramente excessiva.
 16. Caso não se entenda que a valoração daquela informação de 2010 (e da restante informação aludida na mesma sentença) que já foram objecto de reabilitação, por parte do Tribunal recorrido na graduação da pena, não dá lugar à nulidade por excesso de pronúncia.
 17. Então a mesma valoração encerra claramente violação da lei, designadamente do artigo 25º da Lei Básica da Região Administrativa e Especial de Macau, do artigo 24º, nºs 1 e 2 do D.L. nº 27/96/M, do artigo 90º, nº 1 da Lei nº 3/2007 e do próprio princípio da reabilitação de direito, não podendo também por este motivo o presente recurso deixar de proceder.
 18. Acresce que a pena de prisão e, bem assim, a pena acessória aplicada à ao Recorrente pelo Tribunal recorrido são claramente excessivas.
 19. Na verdade, se penas a aplicar à Recorrente poderiam e deveriam ter sido mais leves atendendo à personalidade da arguida; ao facto de ter confessado de forma espontânea; e ao facto de estar totalmente inserida do ponto de vista social, familiar e profissional, sendo que as suas filhas menores e a sua irmã deficiente dependem financeiramente de si.
 20. Importando ainda referir que a arguida é primária, não tendo qualquer antecedente criminal que possa ser atendível nos termos supra expostos.
 21. Ora, o Tribunal a quo não tomou em atenção o quadro fáctico dado como assente, particularmente as condições pessoais da arguida e a sua situação económica e sobretudo a sua conduta anterior à prática do crime aqui em causa e a conduta posterior a este, sendo que não resultaram quaisquer consequências graves do crime ora em discussão.

檢察院就上訴人(A)所提出的上訴作出答覆：

1. 本文中，本澳居民(A)於原審法院被裁定觸犯一項第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款規定及處罰的醉酒駕駛罪，罪名成立，判處七個月徒刑，暫緩執行，為期兩年，條件為嫌犯須於三十日內向澳門特別行政區繳納 5,000 澳門元的捐獻，以彌補其犯罪之惡害，另判處嫌犯禁止駕駛一年六個月作為附加刑。
2. 上訴人不服原審法院的判決，認為原審法院在審理過程中將卷宗中的違例記錄視為已證事實，並在量刑時參考了上訴人 2010 年的違例行為，違反了《基本法》第 25 條，第 27/96/M 號法令第 24 條第 1 款及第 2 款，及第 3/2007 號法律第 90 條第 1 款的規

-
22. Acrescendo ainda que a decisão não respeitou ainda a jurisprudências dos tribunais de Macau quanto a esta matéria, sendo que, no processo autuado sob o nº CR3-16-0004-PSP, foi aplicada ao arguido a pena de 3 meses de prisão, suspensa na sua execução por 1 ano, e na pena acessória de inibição de condução pelo período e apenas 1 anos, em que se verificava uma taxa de álcool praticamente idêntica à dos presentes autos, decisão judicial essa que, muito embora nos pareça ainda um pouco excessiva, foi confirmada pelo TSI (vide, Ac. do TSI de 4/5/2017, Proc. nº 649/2016).
 23. Pelo que a ora Recorrente vem pugnar que, em face daquelas circunstâncias, deve ser condenada, pela prática do crime em causa (crime de condução em estado de embriaguez), p. p. pelo artº 90º, nº 1 da LTR, numa pena de prisão de apenas 2 meses, suspensa na sua execução por 1 ano, acrescida de pena acessória de inibição de condução por período não superior a 1 ano.
 24. Não o tendo feito, o Tribunal recorrido não faz nessa medida a interpretação e a aplicação mais correcta e adequada do disposto no artigo 65º do CP, em conjugação com o disposto no art.º 90º, nº 1 da LTR, violando a decisão recorrida estes preceitos legais.
 25. Pelo que se requer a V. Exa. Se digne revogar a sentença recorrida nos termos acima expostos.
Termos em que se requer a V. Exas. se dignem considerar procedente o presente recurso, revogando a decisão recorrida no sentido de:
 - Ser declarada a mesma sentença nula, por excesso de pronúncia, nos termos da al. d) do nº 1 do artº 571º do Código de Processo Civil, aplicável por força do artigo 4º do CPP, com as devidas consequências legais; ou, subsidiariamente, que a valoração daquele antecedente criminal encerra claramente violação da lei, designadamente do artigo 25º da Lei Básica da RAEM, do artigo 24º, nº 1, al. b) do D.L. nº 27/96/M, do artigo 90º, nº 1 da Lei nº 3/2007 e do próprio princípio da reabilitação de direito; e
 - Ser a Recorrente condenada na pena de 2 meses de prisão, suspensa na sua execução pelo período de 1 ano, e por uma pena acessória de inibição de condução por período não superior a 1 anos.

定，根據《刑法典》第 4 條及《民事訴訟法》第 571 條第 1 款 d 項的規定，有關判決無效，同時，上訴人指稱與同類案件相比，相關判決刑罰明顯過重，向中級法院提起上訴，請求裁定上訴理由成立，廢止原審法院的判決，請求判處上訴人 2 個月徒刑，緩刑 1 年。

3. 上訴人提出了兩個上訴理由：不應考慮上訴人 2010 年的違例行為，且量刑過重。
4. 就第一個問題，確實，原審法庭在對上訴人的犯罪行為具體量刑時，考慮了警方提供的上訴人違例列表，其中第 5 項是關於上訴人於 2010 年 11 月 26 日受酒精影響下駕駛(0.74 克)，因此被處以罰金，但是否如此便是審理了不應審理的事宜，有關判決因此無效？我們不能苟同。
5. 首先，《刑事訴訟法典》第 360 條明確規定了判決無效的情況：屬下列情況之判決無效：a)凡未載有第三百五十五條第二款及第三款 b 項所規定載明之事項者；或 b)在非屬第三百三十九條及第三百四十條所指之情況及條件下，以起訴書中，或無起訴時，以控訴書中未描述之事實作出判罪者。
6. 可見，刑事訴訟中就判決無效的構成有明確規定，不存在同一法典第 4 條的適用前提：如出現未有規定之情況且該法典之規定亦不能類推適用，因此《民事訴訟法》第 571 條第 1 款 d 項的規定不應適用。
7. 其次，原審判決亦不存在任何《刑事訴訟法》第 360 條所規定的可導致判決無效的瑕疵。審視原審判決書，不難發現，上訴人於 2010 年因受酒精影響下駕駛(0.74 克)而被處以罰金的違例事實並未列入本案控訴書，原審法庭亦未將之列為本案的已證事實事宜，僅是在量刑時，將卷宗內的文件資料，包括第 13 頁上訴人的違例列表作為依據之一，並沒有任何違法之處，原審判決已列舉了

既證事實，同時指出了用以形成心證的事實依據，包括對嫌犯的聲明、警員證人及在場的證言和卷宗文件內容和法律依據，相關判決符合《刑事訴訟法典》第 355 條所規定的要件，並不存在上訴人所指的瑕疵。

8. 再者，上訴人的交通違例列表內容包括了上訴人自 2007 年至是次犯罪行為中未有購買民事責任保險的違例行為共 7 項，上訴人所提及的只為其中一項，即使從刑事紀錄制度角度而言，上訴人該項輕微違反而被處罰已自動恢復權利，但這並不意味著從對行為人的過錯以及預防犯罪的整體角度而言，尤其是為衡量行為人作出是次犯罪行為之前的行為，不能作為考量因素之一，在我們看來，上訴人交通違例列表的內容不僅應該，而且必須作為考量因素之一。
9. 就上訴人提出的量刑過重的問題，我們同樣認為其不具理由。
10. 醉酒駕駛或受麻醉品或精神科物質影響下駕駛罪，最高一年徒刑及禁止駕駛一年至三年。
11. 上訴人並非初犯，之前曾同樣因醉酒駕駛問題而被罰款，儘管該輕微違反行為已事隔多年，除此之外，上訴人亦曾在其他案中因觸犯四項簽發相當巨額的空頭支票罪被處以實際徒刑，相關判決仍未轉為確定，上訴人同樣在上訴中，本案中，上訴人承認醉酒駕駛，但否認在明知飲用酒精飲料超過法律規定上限仍駕駛車輛，其行為反映了其存在僥倖心理，對法律規定視若無睹，我們完全贊同原審法庭在量刑時的分析，上訴人被處以略高於刑幅 1/2 的刑罰，並給予兩年緩刑期並沒有任何明顯違法之處或不適當之處。

綜上所述，上訴人的上訴理由不成立，應駁回上訴，維持原審判決。

基於此，懇請尊敬的中級法院法官 閣下，一如既往，作出公正裁判！

駐本院助理檢察長提出法律意見書：

一、概述

本案嫌犯(A)(以下稱為上訴人)不服初級法院 2025 年 6 月 23 日的簡易刑事案判決，並向中級法院提起上訴。

本案中，初級法院刑事法庭宣告上訴人以直接正犯和既遂形式觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款規定及處罰的一項“醉酒駕駛罪”，判處七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向澳門特區繳納 5,000 澳門元捐獻；同時判處上訴人禁止駕駛為期一年六個月的附加刑。

(一)、關於上訴人提出的上訴

在其上訴理由陳述中，上訴人指被上訴裁判使用其於 2010 年 11 月 25 日被判處的一項受酒精影響下駕駛的輕微違反處罰作為對其量刑的考慮因素，相關量刑措施導致被上訴裁判存在無效的法律適用錯誤；同時，被上訴裁判亦存在量刑過重的法律適用錯誤，為此，上訴人請求宣告被上訴裁判無效，改為判處兩個月徒刑，緩刑一年，並處以不超過一年的禁止駕駛附加刑。

(二)、檢察院對上訴的答覆

檢察院對上訴提出答覆，指上訴人於 2010 年 11 月 25 日受酒精影響駕駛的輕微違反並無列入審理標的，故此，被上訴裁判並不存在上訴人指謫的無效；同時，原審法庭量刑時已充分清楚說明量刑的依據及具體情節，包括上訴人過往的交通違例紀錄，檢察院認為被上訴裁判的量刑適度及適當，本案應駁回上訴並維持原判。

二、分析意見

就上訴人提出的上訴理由，檢察院將依邏輯對案件事實和法律問題作相應分析和發表意見。

(一)、關於被上訴裁判存在無效的上訴理由

上訴人指被上訴裁判量刑時審議上訴人 2010 年 11 月 25 日被判處的一項受酒精影響駕駛的輕微違反，為此，依照《刑事訴訟法典》第 4 條補充適用的《民事訴訟法典》第 571 條規定，被上訴裁判因審理過度和違反《基本法》第 5 條以及第 27/96/M 號法令《訂立刑事紀錄制度及查閱刑事資訊之條件》(若干廢止)第 24 條規定並因此導致判決無效。

確實，被上訴裁判量刑時曾審議上訴人於 2010 年觸犯的一項受酒精影響駕駛的輕微違反的交通違例記錄。

然而，分析本案一審訴訟程序的訴訟標的，我們同意主任檢察官閣下對上訴答覆的明確立場，亦即，分析原審判決的事實認定，案中原審法庭並不存在超越檢察院控訴上訴人醉酒駕駛的事實並對案發期間前後上訴人的個人和社會生活狀況作出審理——事實上，原審法庭量刑時審議上訴人之前受酒精影響駕駛的輕微違反記錄亦屬案中包含的文件資料，上訴人於庭審的整個訴訟過程均可對之提出質證。

為此，無論是從《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項還是從《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項觀之，被上訴裁判並不存在以控訴書未描述的事實作出判罪或對不可審理的問題作出審理的超越訴訟標的範圍的審判錯誤。

另一方面，關於刑事紀錄的內容，第 27/96/M 號法令第 3 條 d 項列明：

下列者均須列為刑事紀錄之內容：

.....

d) 涉及犯罪之有罪裁判，可處以徒刑之輕微違反之有罪裁判，以及可處以罰金，但累犯時，則可處以徒刑之輕微違反之有罪裁判；

.....

其次，關於受酒精影響下駕駛的處罰，《道路交通法》第 96 條第 2 款

至第 4 款列明：

.....

二、在公共道路上駕駛車輛者的每公升血液中的酒精含量等於或超過 0.5 克，但低於 0.8 克，科處罰金澳門幣 2,000 元至 10,000 元。

三、在公共道路上駕駛車輛者的每公升血液中的酒精含量等於或超過 0.8 克，但低於 1.2 克，科處罰金澳門幣 6,000 元至 30,000 元及禁止駕駛兩個月至六個月。

四、累犯者，處罰如下：

(一) 如實施第二次違法行為時每公升血液中的酒精含量低於 0.8 克，科處罰金澳門幣 4,000 元至 20,000 元及禁止駕駛六個月至一年；

(二) 如實施第二次違法行為時每公升血液中的酒精含量等於或超過 0.8 克，但低於 1.2 克，科處最高六個月徒刑或罰金澳門幣 12,000 元至 60,000 元，以及禁止駕駛一年至三年。

.....

卷宗第 13 頁的治安警交通廳的違例列表載明，上訴人於 2010 年 11 月 25 日曾因受酒精影響駕駛被判處 2,000 元罰金，為此，分析上訴人被判處罰金的數額，根據第 27/96/M 號法令第 3 條 d 項和《道路交通法》第 96 條第 2 款至第 4 款規定，上訴人當年被判處的交通輕微違反的判決內容無需錄於其本人的刑事記錄。

故此，案中並不存在上訴人所稱的依照第 27/96/M 號法令第 23 條和第 24 條規定，該一交通輕微違反的記錄因法律上恢復權利致確定取消的情況，上訴人所謂被上訴裁判因審議被確定取消的刑事記錄作量刑因素導致無效的上訴理由並不符合事實和法律規定。

如前所述，被上訴裁判量刑時確曾審議上訴人於 2010 年受酒精影響駕駛被判處罰金的交通輕微違反的事實。

我們認為，法院在量刑時必須考慮《刑法典》第 40 條和第 65 條的具體規定，其中，第 65 條第 2 款 e 項明確規定，量刑需考慮行為人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”。

為此，原審法庭在量刑時審議上訴人 2010 年觸犯一項受酒精影響駕駛的交通輕微違反事實，我們認為，原審法庭正是遵循《刑法典》第 65 條第 2 款關於上訴人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”的規定，彼時的酒駕行為並不因為不載於犯罪記錄而導致法庭在量刑時不能將之作為審議和衡量上訴人過往行為和法律意識的因素，否則，在法院對違反交通法規的違法行為作出量刑之時，根據第 27/96/M 法令第 3 條 d 項的規定，法院將不得審議和考慮因不可處以徒刑而不作刑事記錄登錄的所有判處輕微違反成立的裁判？

我們相信，如此理解將無可避免地違背《刑法典》第 65 條第 2 款 e 項關於量刑需考慮行為人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”的規定。

故此，我們認為，上訴人所謂被上訴裁判量刑時審議上訴人 2010 年 11 月 25 日被判處的一項受酒精影響駕駛的輕微違反並因此導致判決無效的上訴理由並不成立。

(二)、關於被上訴裁判量刑過重的上訴理由

上訴人認為，被上訴裁判對其觸犯的一項醉酒駕駛罪判處七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向特區捐獻 5,000 澳門元，並判處上訴人禁止駕駛一年六個月附加刑的量刑過當，因原審法庭沒有特別考慮對上訴人有利的減輕情節，包括上訴人為初犯、其完全自認、其社會、職業及家庭背景狀況，尤其是需要照顧兩名未成年女兒和一名有智力障礙的妹妹、其犯罪前後的行為狀況、本次犯罪並無發生嚴重後果以及被上訴裁判沒有考慮同類案件的判決案例，為此，上訴人認為，原審法院在適用《道路交通安全法》第 90 條第 1 款時，違反《刑法典》第 65 條的規定並對其量刑過重，就此，上訴人請求對其改判兩個月徒刑，緩刑一年，並判處不超過一年的

禁止駕駛附加刑處罰。

我們認為，上訴人所謂被上訴裁判對其量刑過重和違反類案類判原則的上訴理由並無法律依據。

正如《民法典》第 7 條第 3 款要求，審判者在作出裁判時，必須考慮所有應作類似處理之案件，以使法律之解釋及適用獲得統一，為此，司法機關在作出決定應儘量作出類案類判的決定並以此給予社會大眾在處理類似法律事務時得以遵循的法律準則和慣例，但是，我們不應忘記，法治原則同樣要求司法機關針對每個具體案件依照獲證事實作出正確的法律適用，“每個案件都是獨一無二的案件 – cada caso é um caso” 的法律諺語正好說明司法機關以事實為根據以法律為準繩處理每一宗司法案件的法治原則的要求，為此，上訴人提出被上訴裁判應參照類似案件對上訴人作出減輕刑罰的籠統要求並不具有基本的法律理由。

對於量刑的問題，本澳主流的司法見解認為，“只有當原審法院明顯違反法律或罪刑相適應原則時，上級法院才有介入原審法院的量刑空間”；同時，“只要不存在對法定限制規範 —— 如刑罰幅度，或經驗法則的違反，也不存在獲確定的具體刑罰出現完全不適度的情況，作為以監督法律良好實施為主旨的上級法院就不應介入具體刑罰的確定”（參見中級法院第 1037/2018 號、第 791/2017 號以及第 669/2015 號刑事上訴案件的合議庭裁判；終審法院第 35/2011 號、第 17/2014 號以及第 26/2015 號刑事上訴案件的合議庭裁判）。

本案中，針對上訴人觸犯的一項醉酒駕駛罪，被上訴裁判對其判處七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向特區捐獻 5,000 澳門元，並判處上訴人禁止駕駛一年六個月的附加刑。

根據《道路交通法》第 90 條第 1 款的規定，醉酒駕駛罪的刑幅為最高一年徒刑及禁止駕駛一年至三年的附加刑。

正如主任檢察官閣下在對上訴的答覆中指出，原審法庭在量刑時已全面衡量包括上訴人提出的有利及不利情節並清楚指出量刑依據，其中，

原審法庭尤其考慮上訴人案發時血液酒精濃度達每公升 1.79 克仍然駕駛車輛以及上訴人過往多次交通違例記錄的事實，為此，針對上訴人醉駕行為的犯罪故意和不法程度甚高的具體情節以及上訴人的個人和社會家庭情況，並結合針對交通違法行為一般預防的需要，原審合議庭依照《刑法典》第 40 條和第 65 條的規定，在特別預防和一般預防方面對上訴人作出量刑並判處上訴人七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向特區捐獻 5,000 澳門元，另判處上訴人禁止駕駛一年六個月的附加刑，相關刑罰適度及適當，未見沾有量刑不當的法律適用瑕疵。

我們認為，犯罪行為人必須承擔犯罪行為帶來的後果，犯罪行為人的個人和社會生活狀況不應構成對違法行為承擔法律後果的規避理由，為此，在對不同法律意見表示充分尊重的前提下，無論是從一般預防或者特別預防而言，給予上訴人作出量刑減輕的判決將極可能造成市民大眾對本澳法律制度失去信心的危險。

為此，原審法庭對上訴人的量刑適當，上訴人所謂被上訴裁判對其量刑過重的上訴理由並不成立。

三、意見書結論

綜合而言，上訴人指被上訴裁判因存在審理過度和法律適用錯誤的無效以及量刑過重的上訴理由均不成立，應依法駁回其上訴。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 於 2025 年 6 月 22 日約 02 時 30 分，嫌犯(A)拖著受傷及需固定及輔助行走的左腿駕駛朋友的輕型汽車 ML-XX-XX 前往議事亭

前地與友人消遣，期間曾飲用一些含酒精的飲料。聚會期間嫌犯發現警員巡經議事亭前地，因害怕警員會對其違泊作出檢控而返回停泊車輛內並坐在副駕位等待警員離開，期間第二證人(B)與其打招呼，此時嫌犯決定另尋泊車位及順路乘載第二證人返回住所，於是便自行登上駕駛座位駕車離開，第二證人則坐在副駕位上。

- 於同日 03 時 35 分，嫌犯駕駛上述車輛途經澳門高美街與營地大街交界區域時，警員(C)(編號...)聽到嫌犯駕車響咁長達 10 秒，因感可疑而決定駕電單車跟隨嫌犯，期間警員看見嫌犯駕駛上述輕型汽車行駛左右搖擺而決定上前截停車輛，警員發現嫌犯正坐在駕駛座位上及第二證人坐在副駕位上，因在與嫌犯對話期間發現嫌犯身帶濃烈酒氣，而懷疑嫌犯曾飲用含酒精成份之飲料，故對其進行酒精呼氣測試，結果為 1.79 克/升(經扣減誤差值後)。
- 嫌犯在自由、自願及有意識之情況下，作出上述行為。
- 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

同時，還證實：

- 嫌犯稱其大學學歷，目前無業，靠積蓄及丈夫供養，須供養父母、一名患有智力障礙的姊姊、一名 13 歲及一名 14 歲女兒。
- 刑事紀錄證明記載：嫌犯因觸犯四項「簽發空頭支票(相當巨額)」，於 2025 年 2 月 14 日被 CR4-24-0050-PCC 號卷宗分別判處一年六個月、一年六個月、一年及兩年徒刑，數罪並罰，合共合判處三年六個月實際徒刑。該案目前處於上訴階段。
- 警員於同日 3 時 47 分開始要求嫌犯進行酒精呼氣測試，直至 4 時 34 分嫌犯才完成呼氣測試程序。

未獲證實的事實：尚未有待證實的事實。

三、法律部份

上訴人在其上訴理由中，認為：

- 原審法院在量刑時衡量了上訴人於 2010 年 11 月 25 日被判處的一項受酒精影響駕駛的輕微違反而陷入了因審理過度和違反《基本法》第 5 條以及第 27/96/M 號法令《訂立刑事紀錄制度及查閱刑事資訊之條件》(若干廢止)第 24 條規定，依《刑事訴訟法典》第 4 條補充適用的《民事訴訟法典》第 571 條規定導致判決無效。

- 原審法庭沒有特別考慮對上訴人有利的減輕情節，包括上訴人為初犯、其完全自認、其社會、職業及家庭背景狀況，尤其是需要照顧兩名未成年女兒和一名有智力障礙的妹妹、其犯罪前後的行為狀況、本次犯罪並無發生嚴重後果以及被上訴裁判沒有考慮同類案件的判決案例，而對其觸犯的一項醉酒駕駛罪判處七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向特區捐獻 5,000 澳門元，並判處上訴人禁止駕駛一年六個月附加刑的量刑過當，違反了《刑法典》第 65 條的規定，請求改判兩個月徒刑，緩刑一年，並判處不超過一年的禁止駕駛附加刑處罰。

我們看看。

(一) 判決書因過度審理的無效

首先，我們要指出的是，上訴人的這個上訴理由不切題。

我們知道，雖然，刑事訴訟與民事訴訟有相同之處，尤其是前者(《刑事訴訟法典》第 4 條)容許在適當的情況下補充適用後者的規定，但是，給予兩者具有本質的區別，在各自具有不同的制度的情況下，無需訴諸對一般制度的補充適用。正如本案所涉及的過度審理的問題。

在民事訴訟中，法院對當事人提出的應該審理的“問題”而沒有予以審理的情況就屬於“缺乏審理”，而對於不應該審理卻予以審理的則屬於“過度審理”(《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項)。

而在刑事訴訟中，一方面，一切有利於對案件作出裁判有利的問題，

均在刑事訴訟程序中解決，不取決於其他程序（《刑事訴訟法典》第 7 條第 1 款）。對於作為第一審法院來說，對於不構成訴訟標的事實作出審理的情況，法律特別作出了規定：《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項——以控訴書或起訴批示沒有描述的事實作出裁判者，判決書無效。

在本案中，檢察院控訴上訴人觸犯一項第 3/2007 號法律（《道路交通安全法》）第 90 條第 1 款所規定及處罰的「醉酒駕駛罪」，審判法院要解決的“問題”無疑就是依照控訴書或者起訴批示的事實以及控罪作出有罪或者無罪的裁判。

無論如何，無論是從《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項還是從《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項來說，原審法院均不存在以控訴書未描述的事實作出判罪或對不可審理的“問題”作出審理的超越訴訟標的範圍的審判錯誤。

而上訴人所指的問題在於原審法院在量刑過程中，考慮了上訴人於 2010 年觸犯的一項受酒精影響駕駛的輕微違反的交通違例記錄作為量刑的因素。即使上訴人主張的問題存在，極其量也僅僅是違反《刑法典》第 65 條所規定的量刑規則，不屬於過度審理的問題。

其次，我們要考慮的就是，原審法院考慮了上述的輕微違反的因素是否恰當和合法，這正是本訴訟需要解決的問題。

法院在量刑時必須考慮《刑法典》第 40 條和第 65 條的具體規定，其中，第 65 條第 2 款 e 項明確規定，量刑需考慮行為人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”。而原審法庭在量刑時考慮上訴人於 2010 年觸犯一項受酒精影響駕駛的交通輕微違反的事實，正是依照《刑法典》第 65 條第 2 款關於上訴人“作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為”的規定，而上訴人曾經的酒駕行為衡量其過往行為和法律意識的因素之一。

再者，就是原審法院是否可以對此證據予以考慮的問題了。答案明顯是肯定的。

上訴人之前受酒精影響駕駛的輕微違反記錄亦屬案中包含的文件證據，只要其附於卷宗之內，無疑就是法院審議的合法證據之一。

卷宗第 13 頁的治安警交通廳的違例列表載明，上訴人於 2010 年 11 月 25 日曾因受酒精影響駕駛被判處 2,000 元罰金。雖然，根據第 27/96/M 號法令第 3 條 d 項和《道路交通法》第 96 條第 2 款至第 4 款規定，上訴人當年被判處的交通輕微違反的判決內容無需錄於其本人的刑事記錄，但是，作為《刑法典》第 65 條所容許的對行為人在犯罪前的行為表現的事實的考慮對象並非僅限於犯罪記錄。很顯然，原審法院對次事實的考慮並沒有違反上述的第 65 條的規定，更不可能導致判決無效的情況出現。

上訴人這部分上訴理由不能成立。

*

（二）量刑過重的審查

《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素及量刑的標準，法院在確定具體刑罰的時候必須按照行為人的罪過及預防犯罪的要求，在法律所定的限度內為之，同時亦須考慮所有對行為人有利或不利的情節，並賦予法院在法定刑幅內選擇刑罰的自由權力。上訴法院的介入也僅限於原審法院的量刑存在明顯的罪刑不相適應或者刑罰明顯不合適的情況。

本案中，針對上訴人觸犯的一項醉酒駕駛罪。根據《道路交通法》第 90 條第 1 款的規定，醉酒駕駛罪的刑幅為最高一年徒刑及禁止駕駛一年至三年的附加刑，而原審法院對其判處了七個月徒刑，緩刑兩年，條件為 30 日內向特區捐獻 5,000 澳門元，並判處上訴人禁止駕駛一年六個月的附加刑，對於僅承認部分犯罪事實，曾經的酒駕的輕微違反行為以及並非初次犯罪的上訴人來說以及考慮到犯罪的預防的需要，這個判處沒有明顯罪刑不相適應之處，應該予以支持。

上訴人這部分的上訴理由也是不能成立的。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，予以駁回。

判處上訴人支付本程序的訴訟費用並支付 4 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2025 年 11 月 27 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

譚曉華 (第一助審法官)

周艷平 (第二助審法官)